

XVII JORNADA ACADÊMICA DO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO



TERRITÓRIOS EDUCATIVOS E ORIGINÁRIOS: EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E SOCIOAMBIENTAL EM ABYA YALA

Carine Josiéle Wendland

Universidade de Santa Cruz do Sul

Eixo Temático 03: Educação em espaços não-escolares, justiça socioambiental e movimentos sociais

O território, para os povos originários, não é apenas uma delimitação geográfica ou um espaço a ser administrado segundo critérios políticos ou econômicos. O território é corpo, é memória, é espírito, é fonte de vida. Enquanto a lógica colonial e capitalista busca extrair do território o máximo de recursos, esvaziando-o de significados próprios, os povos originários reafirmam que o território é casa comum, lugar de bem-viver, espaço de resistência e continuidade da vida.

Esses territórios ancestrais, todavia, sofrem com a emergência climática. Poder-se-ia dizer, que os povos indígenas são um dos grupos que mais sofre com o corpo da terra que clama, porque estes estão mais próximos dela. A nível de região latino-americana, temos extremos: secas e inundações. Toda Abya Yala – nome originário dado ao que hoje se chama América - sofre com a emergência climática. A nível de Brasil temos vivido entre os anos de 2023, 2024 e 2025, ondas de calor, ondas de frio, chuvas torrenciais e inundações foram consideradas extremos, totalizando 12 eventos climáticos extremos, somente em 2023, segundo a Organização Meteorológica Mundial (2024). Acredita-se que muitos estão vinculados ao fenômeno *El Niño*.

A bacia do Rio Amazonas enfrentou uma seca prolongada, no Rio de Janeiro se registraram temperaturas máximas de 59,3°C em novembro de 2023 e 58,4°C em janeiro de 2024. Um ciclone destruiu parte do Vale do Taquari em setembro de 2023, sendo afetado mais uma vez e mais forte em 2024. As perdas não econômicas já são muito visíveis na recente catástrofe climática que assolou o Rio Grande do Sul em 2024. Conforme publicação da Fundação Luterana de Diaconia da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (2024), mais de 2,3 milhões de pessoas foram afetadas, quase 95% das cidades atingidas e cerca de 630 mil pessoas perderam suas casas. O prejuízo econômico estimado é de 7,5 bilhões de reais, embora não se fale tanto de perdas não-econômicas e 183 pessoas que perderam a vida e muitas outras seguem desaparecidas. Pelo menos 80 comunidades indígenas e 70% de seus territórios foram afetados e, mesmo que ainda não se tenha sido realizado um estudo após esse desastre climático, já se sabe que os territórios, lugares de sabedorias profundas para esses povos, foram atingidos.

Por outro lado, em 2024, aconteceu a seca mais extensa que afetou 55% do território brasileiro. Entre janeiro e agosto daquele ano, 11 milhões de hectares foram queimados. O Brasil concentrou

71,9% das queimadas registradas na América do Sul. Foi a seca mais extensa com 4,6 milhões de km², atingindo 55% do território nacional além da Amazônia foram atingidos os biomas do Cerrado e da Mata Atlântica e grande parte do país ficou coberto de fumaça, assim como partes de outros países sul-americanos.

Perdas econômicas e não econômicas irreparáveis ocorrem e afetam aspectos culturais, a história e a memória de todo um povo. Há uma memória dos desastres, para que não volte a passar. A questão climática é feita de muitos desafios, mas o maior talvez seja plantar e cultivar uma consciência de cuidado e de decisão política. *“El 1% más rico de la población mundial es responsable del mismo porcentaje de emisiones de carbono que los dos tercios más pobres de la humanidad”*. (OXFAM, 2024, p. 4). E é sabido que, no Sul Global, as mulheres, jovens, os povos indígenas, as pessoas em situação de pobreza e os grupos discriminados são os mais vulneráveis, e que o 1% mais rico continua a enriquecer. Precisamos fazer ouvir as vozes destes outros 99% neste pequeno grupo, e especialmente, as vozes dos vulneráveis às alterações climáticas

Por outro lado, a nível local, na geocultura que eu habito, na região do Vale do Rio Pardo, no município de Vera Cruz - um dos 35 municípios do país com 100% de água potável - temos o Programa Protetor das Águas, como Pagamento por Serviço Ambiental – PSA, que vem do meio acadêmico, da universidade comunitária da região, Universidade de Santa Cruz do Sul. Na área do Programa estão 564 espécies vegetais de 117 distintas famílias botânicas; 330 espécies de avifauna; 59 espécies de mamíferos terrestres e tantos outros, além de 7 espécies de árvores ameaçadas de extinção dentre elas a araucária e a palmeira juçara - ou o açaí da Mata Atlântica -, plantadas em dezenas, quase centenas todos os anos pelo meus pais, como formas de resistência e resiliência climática ao lado de uma mineradora de pedras, mas também em comunidades indígenas para soberania alimentar, cuidado e cultivo da terra e do bem-viver. O território é espaço de relações, não apenas um bem econômico. Esse reconhecimento, presente há séculos nas cosmovisões originárias, ressurgiu hoje como horizonte ético e político diante da crise civilizatória.

Essa diferença de sentidos revela a centralidade da disputa pelo território, não apenas como recurso material, mas como horizonte de existência. Para muitos povos de Abya Yala, o território é constituído por vínculos espirituais, ancestrais e comunitários. O termo Abya Yala, que significa “terra madura” ou “terra em plena floração”, é utilizado pelos povos Kuna, do Panamá e da Colômbia, e foi incorporado por diversos movimentos indígenas como forma de nomear o continente a partir de dentro, resistindo à imposição colonial de nomes como “América” ou “Novo Mundo”. Nomear o território como Abya Yala é afirmar que não se trata de um espaço vazio, à espera de colonizadores, mas sim de um território pleno, com histórias, cosmologias e formas próprias de viver. É, portanto, um gesto de reapropriação simbólica e política, que confronta as narrativas eurocêntricas e recoloca no centro as vozes e memórias originárias.

Rodolfo Kusch já indicava que a experiência do território em Abya Yala não é de domínio, mas de enraizamento, ao mesmo tempo em que enorme distância entre o homem e a terra nos é lembrada: o *“predominio de la vegetalidad en las selvas, los ríos torrentosos, la pampa inmensa crea*

¹ O 1% mais rico da população mundial é responsável pela mesma porcentagem de emissões de carbono que os dois terços mais pobres da humanidade.

*un paisaje en que el hombre aún no existe, aunque éste participe y sea llevado como posibilidad en su seno*²” (Kusch, 2000, p. 27 e 28). Esse mergulho no território é o que permite a continuidade da vida em plenitude, em oposição ao impulso moderno de separação e abstração.

Ao falar de Abya Yala, falamos de um território que ultrapassa fronteiras nacionais, que não se limita a marcos de Estado-nação, mas que se sustenta em uma territorialidade viva. Essa territorialidade se expressa nos modos de ser e estar no mundo, em práticas de reciprocidade com a terra, na defesa das águas, das florestas, das montanhas e dos animais. É nesse contexto que emerge a compreensão do que forma uma Tekoá, conceito fundamental na cosmologia guarani.

A Tekoá não é apenas a aldeia física, mas o espaço onde se pode viver segundo o “teko”, o modo de ser guarani. É lugar de encontro, de canto, de dança, de reza, de plantio, de transmissão de saberes. É espaço espiritual e comunitário, onde a vida se organiza em relação com o território e seus seres. Assim, uma Tekoá se constitui a partir da relação com a terra, com o espaço ritual, com a água e com o alimento, mas também a partir da coletividade e da memória ancestral. O que dá sentido à Tekoá não é apenas a materialidade do lugar, mas a possibilidade de viver o bem-viver guarani, de manter o *teko porã*.

Bartomeu Melià (1991) lembra que a palavra tekoá significa simultaneamente aldeia, modo de ser e espaço de vida, indicando que não se trata de mera organização espacial, mas de uma forma integral de existência. A destruição de uma Tekoá, portanto, não é apenas perda territorial, mas ruptura de uma cosmologia inteira. Melià (1991), enfatiza que são três os espaços que dão a medida de uma *buena tierra* guarani: o monte, a roça e a aldeia. A terra é intercultural. Ela acolhe todos os povos e etnias, é espaço de encontro e de enraizamento, de memória e de futuro.

Essa compreensão de território como espaço de vida integral contrasta violentamente com os impactos da emergência climática, que ameaça a continuidade de muitos povos e territórios originários. A crise climática não é apenas um fenômeno ambiental, mas uma expressão da crise civilizatória do modelo moderno-colonial-capitalista, que se sustentou historicamente na exploração da terra e na negação dos modos originários de se relacionar com ela. O aumento das temperaturas, as secas prolongadas, as enchentes, a perda da biodiversidade, os incêndios florestais e a acidificação dos oceanos atingem de modo desigual as populações. Os povos originários estão entre os mais afetados, não por viverem em maior risco por si mesmos, mas porque seus territórios são historicamente pressionados, invadidos e devastados por grandes projetos extrativistas: mineração, agronegócio, hidrelétricas, exploração de petróleo e gás.

Ailton Krenak (2019, p. 9-10) afirma que “fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade.” Para ele, a emergência climática é consequência direta do rompimento da aliança ancestral entre humanos e natureza. Retomar essa aliança é condição de sobrevivência.

Quando falamos em perdas e danos no território, falamos de mais do que perdas materiais. Em todas as minhas experiências como delegada da Federação Luterana Mundial em Conferências

² A predominância da vegetação nas selvas, os rios torrenciais, a imensidão da pampa criam uma paisagem na qual o homem ainda não existe, embora participe e seja incluído como uma possibilidade.

do Clima da ONU, as COPs, tenho ouvido vozes originárias como resistência. Para os povos originários, perder uma parte do território significa romper vínculos espirituais, cortar laços com ancestrais, interromper práticas de transmissão cultural. O desaparecimento de uma fonte de água, de uma montanha sagrada ou de uma floresta não é apenas um dano ambiental: é uma ferida espiritual, que atinge a coletividade em sua integralidade. Nesse sentido, os debates internacionais sobre “perdas e danos” precisam ser ampliados para reconhecer essas dimensões imateriais, espirituais e culturais. O direito internacional e as políticas climáticas muitas vezes reduzem perdas a números: hectares queimados, casas destruídas, custos econômicos. Para os povos de Abya Yala, entretanto, a perda é também a ruptura de uma forma de vida, a impossibilidade de viver o teko ou de manter viva a Tekoá. É uma perda que não se repara com compensações monetárias, mas apenas com a defesa radical da terra e com a garantia da continuidade dos territórios. Proteger o território também é proteger a língua e toda uma cultura.

Nesse contexto, a geografia pode ser compreendida como uma escrita da terra. Não apenas a geografia acadêmica, com seus mapas e representações, mas a geografia vivida, narrada, cantada e desenhada pelas comunidades originárias. Cada canto tradicional, cada grafismo, cada mito é uma forma de inscrever no território sua memória e seu significado. A terra, por sua vez, também escreve: nos rios que mudam de curso, nas árvores que florescem em tempos inesperados, nos animais que desaparecem ou retornam, nas pedras que guardam histórias. As escritas da terra são polifônicas: são registros sensíveis, espirituais e materiais que se entrelaçam.

As geografias originárias são formas de leitura e escrita da terra que escapam ao olhar colonial. Assim, os territórios e vozes originárias nos convidam a repensar a própria ideia de conhecimento. O território deixa de ser objeto e torna-se sujeito, participante ativo da vida. A Tekoá deixa de ser um ponto no mapa e se revela como forma de vida plena. Abya Yala deixa de ser um continente conquistado e passa a ser terra em florescimento, espaço de resistência e futuro. Frente à emergência climática, os povos originários mostram caminhos de justiça socioambiental que não são apenas de sobrevivência, mas de reexistência. Suas geografias, as escritas da terra e as escritas do corpo, da memória e da palavra, apontam para uma ética de cuidado e reciprocidade, em contraste com a lógica da exploração.

Por isso, pensar território hoje exige ouvir essas vozes de resistência. Exige reconhecer que a luta pela justiça climática é inseparável da luta pela justiça territorial. Exige compreender que não há futuro possível sem as Tekoás, sem as águas livres, sem as florestas vivas, sem os povos que mantêm a terra em florescimento.

PALAVRAS-CHAVE: Territórios; Povos Originários; Emergência Climática; Educação.

REFERÊNCIAS

Fundação Luterana de Diaconia da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C7xOf_yON_k/?igsh=cDUwYmZ3OHZ0MDVn. Acesso: out. 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUSCH, Rodolfo. **La seducción de la barbárie**. Obras Completas – Tomo I. Editorial Fundación Ross, Rosario, 2000.

MELIÀ, Bartomeu. **El guaraní: conquistado y reducido**. Asunción: CEADUC, 1991.

OXFAM. **Igualdade Climática**: un planeta para el 99%. Oxford: Oxfam, 2024.

Organização Meteorológica Mundial. **Estado do clima global 2024**. Mar. 2025. Disponível em <https://wmo.int/publication-series/state-of-global-climate-2024>. Acesso: 01 out. 2025